

IDOSOS TRABALHADORES: perdas e ganhos nas relações intergeracionais

Rosa Maria da Exaltação Coutrim*

Resumo: Este artigo é fruto de uma pesquisa qualitativa realizada com idosos de baixa renda que trabalham informalmente nas ruas de Belo Horizonte. As condições de escassez material fazem com que a coabitação seja recorrente entre estes indivíduos, contudo, esta estratégia para diminuir o impacto da pobreza permite às famílias estabelecer também trocas intergeracionais. Se, de um lado, existe o conflito devido à intensa convivência entre várias gerações, de outro, existe a solidariedade e o amparo mútuo dos familiares. Os idosos trabalhadores ocupam papel econômico central na vida das famílias em que os mais jovens estão desempregados ou subempregados, e, assumindo o papel de provedores do domicílio, os idosos mantêm o poder de negociação com as demais gerações com que convivem.

Palavras-chave: idosos, trabalho, família, relações intergeracionais.

Introdução

A cada dia novas pesquisas revelam que uma parcela considerável dos idosos e idosas¹ possui condições de trabalhar e efetivamente o fazem. Os idosos aposentados representam um dos segmentos sociais com maior estabilidade, e cresce o número de casos

* Doutora em Sociologia e Política, professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Faculdade de Administração de Itabirito (FAI/UNIPAC).

Artigo baseado na tese de doutoramento intitulada *A velhice invisível: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte*, defendida em 2004 na FAFICH/UFMG, e apresentado no XII Congresso Brasileiro de Sociologia – GT Gerações e Sociabilidades, realizado em 2005.

Artigo recebido em 5 set 2005; aprovado em 3 maio 2006.

em que estes se responsabilizam pela manutenção de suas famílias. Mantendo-se com boa saúde até idades mais avançadas, os pobres recorrem ao trabalho informal, que, apesar dos baixos rendimentos, também proporciona ganhos imensuráveis, como amizades, poder dentro do domicílio e certa liberdade financeira. Além disso, sua identidade predominante não é a de aposentado, mas de trabalhador, o que lhes confere o poder e o *status* de provedor, estando totalmente inseridos na vida familiar e, portanto, longe da segregação.

A aposentadoria possibilitou ao idoso uma segurança maior de renda. Embora sujeita a gastos imprevistos com remédios e demais tratamentos de saúde, esta parcela da população possui hoje melhores condições financeiras do que os mais jovens. Barros, Mendonça e Santos (1999) concluem que, embora a renda do indivíduo decaia após os 60 anos (quando ocorre a aposentadoria), a pobreza entre esta parcela da população diminuiu (50% entre 1983 e 1998).² Houve uma redistribuição intergeracional da renda do idoso. Assim, é possível observar que famílias pobres ou que se aproximam da linha de pobreza que convivem com seus idosos, dependem diretamente da renda destes para obterem melhores condições econômicas.

Devido aos altos índices de desemprego, nascimento de filhos fora do casamento, divórcios, etc., os filhos têm permanecido ou retornado para a casa dos pais, mantendo-se assim o idoso ou a idosa como chefe de família e com novos encargos que até duas décadas atrás não eram tão expressivos.

Esta necessidade econômica de coabitação, mesmo sem condições de cuidado adequado do idoso ou relação satisfatória de afetividade entre os familiares, é apontada pelo relatório da ONU como um fenômeno regional:

Dado que la gran mayoría de los hogares multigeneracionales de América Latina y el Caribe se ubica en los estratos socioeconómicos bajos, es probable que muchas modalidades de coresidencia no sean una consecuencia del afecto familiar sino de una necesidad

económica. Los escasos estudios existentes señalan que, a raíz de las iniquidades sociales imperantes en la región, la mayoría de las personas de edad que residen en hogares multigeneracionales viven en situación de pobreza.³ (ONU, 1997a, p. 21)

Assim, percebe-se que, permanecendo como chefe de domicílio, seja devido ao desemprego dos filhos ou à insuficiência da pensão ou aposentadoria para arcar com o orçamento doméstico, os idosos têm buscado no mercado informal (porque enquanto aposentados raramente são admitidos no mercado formal) uma forma de complementar os ganhos.⁴

Os apontamentos ora apresentados são fruto de uma pesquisa qualitativa sobre o cotidiano de trabalhadores informais com idades que variaram entre 60 e 78 anos. Em Belo Horizonte, no universo constituído por engraxates, catadores de material reciclável, vendedores de bilhete de loteria, camelôs, entre outros, foram selecionados 23 informantes. Homens e mulheres idosos deram seus depoimentos a respeito de sua relação com o trabalho, a família e os amigos.

Vivendo em uma realidade de pobreza, estas pessoas constituem-se em importantes, quando não os únicos, colaboradores do orçamento doméstico; além disso, na maioria absoluta dos casos, os entrevistados são os proprietários das residências em que vivem e cedem espaço na moradia ou no lote para seus filhos e netos. O maior poder econômico dos idosos no domicílio reflete-se nas relações intergeracionais e isto fica claro nas falas dos entrevistados.

Independentemente de sua situação previdenciária, o idoso trabalhador assume uma identidade diferente da de aposentado e possui poder de decisão no domicílio. Os entrevistados têm orgulho do trabalho e fazem questão de se autodenominar chefes do domicílio. Conseqüentemente, fazem questão de não serem excluídos das decisões familiares. Os filhos, por sua vez, reconhecem que os idosos são referência para os mais jovens que coabitam a mesma residência.

O idoso provedor

O idoso trabalhador das ruas reconhece-se excluído duplamente do mercado formal de trabalho: devido à idade, já está aposentado em muitos casos (portanto, aposentadoria também funcionando como elemento de exclusão) e por não ter qualificação para o atual mercado de trabalho.

A pesquisa de campo desenvolvida nas ruas de Belo Horizonte demonstrou que o trabalho tem se configurado para os idosos enquanto fonte de renda, de distração e de poder doméstico. O trabalho também foi considerado fonte de orgulho:

Pra te ser franco eu não gosto, eu adoro (...) às vezes chove em cima de mim, eu quero trabalhar é aqui. Eu sou engraxate com o maior orgulho, eu tenho o maior orgulho de chegar e falar: eu sou engraxate. Igual no dia da reunião, os caras falaram assim: – Eu sou engraxate há 40 anos. Eu falei: – Você não é engraxate há 40 anos, eu sou engraxate há 48 anos. Engraxate é aquele que só engraxa, eu não vendo cadaço, não tenho salto e não faço nada, eu só engraxo. A pessoa chega, desço o sapato, engraxo e pronto, entendeu? (Maluco, engraxate, 75 anos, 48 anos nas ruas).

Neste estudo limitado aos trabalhadores informais, não foi possível perceber a grande oposição trabalhador/não-trabalhador que Zaluar (1994) assinalou em sua pesquisa sobre a periferia do Rio de Janeiro. Segundo a autora, a identidade de trabalhador surge na fala dos entrevistados do sexo masculino e feminino com respeito e valor moral elevado e sempre em oposição ao “vagabundo”, “bêbado”, “malandro” e “bandido”. Esta valorização moral do trabalho esteve presente nos discursos, assim como a importância do papel de provedor de sua família; contudo, esta exaltação do valor moral do trabalho se distancia do valor dado pelos puritanos no surgimento do capitalismo.⁵ Zaluar ressalta que os trabalhadores percebem sua atividade de forma ambígua. Se por um lado existe a concepção de trabalho como valor moral, mantido pelos pais e mães, por outro lado, o labor é percebido como atividade escravizadora do indivíduo. Sem o valor moral religioso que aponta o trabalho ascético

como caminho para a salvação do espírito, a atividade laborativa remunerada associa-se fortemente à moral terrena e objetiva de ser o “ganha-pão” do grupo doméstico. Importante para o espírito, porém mais importante ainda para a manutenção da família. Em síntese, não é a ética do trabalho, mas sim a ética do provedor que faz com que o empregado pobre acredite em sua redenção moral (Zaluar, 1994, p. 121).

Sarti (1996), que, tal como Zaluar, investiga famílias pobres, também aponta a moral do trabalho como grande força estruturadora da identidade do trabalhador. Salienta que são os atributos morais, como disposição para o trabalho e honestidade, que auxiliarão os trabalhadores a vencer na vida, o que não significa necessariamente ascender socialmente, mas se afirmar seguindo o valor positivo do trabalho. A respeito do valor moral positivo que o trabalho traz às camadas populares, a autora analisa que, mesmo se percebendo como pobre no mundo social, o trabalhador não se considera pobre de espírito porque se julga possuidor dos valores morais que o auxiliam a levantar-se quando ocorrem as crises, e é o trabalho que possibilita tanto a força como também a disposição para superar os maus momentos: “dessa forma, é o valor moral atribuído ao trabalho que compensa as desigualdades socialmente dadas, na medida em que é construído dentro de outro referencial simbólico, diferente daquele que o ‘desqualifica’ socialmente” (Sarti, 1996, p. 67).

Contudo, Sarti discorda de Zaluar quanto à contraposição das éticas do provedor e do trabalho. Segundo a autora, ambas são uma coisa só e a ética do provedor não está restrita à valorização do labor puramente enquanto “ganha-pão”. Para ela, há uma articulação entre os valores morais e econômicos pautados não na ética protestante, mas na católica que prega Deus como o absoluto provedor do mundo, o maior trabalhador do universo, que não apenas operou para criar as criaturas, mas continua seu esforço incansável na renovação da natureza e das ações humanas. Conseqüentemente, o trabalho torna-se a grande obrigação moral de todos. Dessa forma, o sentido do trabalho de viabilizar a existência dos pobres provendo as famílias, caminha juntamente com o sentido moral do exercício da atividade e, portanto, da ética do trabalho.

Este valor dado à atividade laborativa, mencionado por ambas as autoras, foi encontrado na fala dos entrevistados, que mantêm a identidade de trabalhadores e não a de aposentados e que, como bem colocou Guedes (1997), estão cansados de trabalhar. A alegação recorrente de que o trabalho é fonte de prazer, em muitos casos demonstrou o desejo de se conservar em atividade e, apesar do cansaço que proporciona, o trabalho compensa porque é o que confere poder:

Se eu ficar em casa eu adoço. Eu já não tô bem de saúde, mas se eu ficar em casa, eu adoço. Porque isso aqui pra mim... eu tô conversando com a senhora, tô distraíndo. Chega uma pessoa conversa, fala, às vezes vem um e faz raiva, às vezes vem dez me dá alegria. E o homem nasceu pra trabalhar. A casa é mais feita pra mulher. Que minha mulher nunca trabalhou, não deixava ela trabalhar. Nem no nosso tempo de casado eu não deixava ela trabalhar, num deixava não. O trabalho dela era “olhá” os meninos, zelá da casa e zelá da mãe dela doente, já era um compromisso que passava além do limite. Eu falava com ela, “vô” fazê o seguinte, se você for trabalhar, vou “caçá a dobrá” a carga do meu horário. Ao invés de eu trabalhar só de dia, “vô” passar a trabalhar de noite. “Ocê” num precisa trabalhar em serviço nenhum. O seu serviço, a casa já é demais. Pra mim, pensei, o dom do homem é o trabalho. O homem tem que trabalhar, a casa do homem é o trabalho... (Delvi, camelô, 64 anos, 39 anos nas ruas).

O depoimento acima deixa claro o entendimento do informante sobre os diferentes papéis dos cônjuges. Ao homem é reservado o esforço cotidiano para obter em troca o dinheiro para sustentar a família. Sua importância está em trazer o sustento. Para a mulher é reservado o papel da dona-de-casa cuidadora das crianças. O espaço da casa é o “santuário” privado ocupado pela mulher e distinto da vida pública. Já o espaço do trabalho é público. Nota-se que a identidade de homem confunde-se com a de trabalhador, tornando clara a observação de Guedes (1997) de que, para as camadas populares, ser homem é ser trabalhador. Por isso, o trabalho da mulher pode constituir-se, no máximo, em ajuda em tempos de crise (Zaluar, 1994; Sarti, 1996; Guedes, 1997). Compreendendo a lógica do papel de provedor, torna-se mais fácil interpretar o recado

ameaçador do senhor Delvi à sua esposa quando a mesma se diz disposta a trabalhar, isto é, ao sair de casa para o trabalho, a mulher não poderia mais contar com o marido, que buscaria no trabalho extra uma forma de continuar sendo o principal provedor, além de privá-la da sua companhia e da divisão dos afazeres domésticos.

De todos os entrevistados, apenas três alegaram que as responsabilidades financeiras e organizacionais da casa (mas não dos serviços domésticos) são divididas com o companheiro(a) e/ou filhos. Os demais intitularam-se os chefes do domicílio. No caso das mulheres, muitas são viúvas, separadas ou têm o marido doente. Apesar de apenas uma informante não viver com os filhos, todas são as principais provedoras do lar, conforme coloca dona Maria José reportando-se à imagem masculina para designar-se o provedor principal.

Eu sou o chefe da família, sou o chefe da família, graças a Deus, sou o chefe. (Maria José, camelô, 68 anos, 42 anos trabalhando nas ruas).

O papel de provedor se intensifica na infância dos filhos. É nesta fase da vida familiar que a esposa luta para que seu companheiro mantenha-se longe dos apelos que podem desviá-lo do caminho, ou seja, da responsabilidade para com a mulher e seus filhos ainda pequenos, para buscar o próprio sustento. Estes apelos negativos são os vícios e a vida de bandido. É durante a formação da família que, o homem precisa sair do conflito entre a bebida e as “obrigações familiares” (Zaluar, 1994, p.122). A idéia de que o trabalho é um sacrifício necessário, mas que só vale a pena se tem como propósito o sustento da família, também foi compreendida por Sarti (1996, p. 72) como um ponto de fortalecimento da identidade e auto-estima do trabalhador, pois, na moral masculina, ser forte para trabalhar representa uma condição necessária, mas não suficiente para a afirmação de sua virilidade: “um homem, para ser homem, precisa também de uma família. A categoria *pai de família* complementa a auto-imagem masculina”.

Percebe-se, então, que o trabalho significa mais do que fazer e mais do que “lutar” diariamente. Ele representa o provimento

das necessidades de outros indivíduos, considerados incapazes ou detentores de outros papéis distintos, porém importantes para o equilíbrio da família (como é o caso das donas-de-casa). O dinheiro ganho com o trabalho honesto deve, portanto, ser destinado ao seu fim que não é outro senão a família. Daí o valor que as esposas e mães dão aos homens que não bebem e não jogam.

No caso específico dos avós que trabalham para auxiliar na manutenção de seus dependentes, a situação difere pouco. A moral de provedor se faz presente quando homens e mulheres idosos falam de seus netos, que representam os filhos pequenos indefesos e que não têm culpa se seus pais não conseguem manter-se como provedores de seus lares. Não por culpa deles, mas de alguma força maior que provoca o desemprego e penaliza os pobres. Em última instância, por culpa do governo. Os netos ocupam um lugar importante nos discursos masculino e feminino, e o desejo maior destes idosos provedores é fazer por eles o que não puderam fazer pelos seus filhos, enquanto eram crianças.

Se me pedir não fica sem ganhar mesmo não, só se não tiver, porque se eu tiver eu dou um jeitinho e arrumo. Num tem jeito não. Porque quando eu criei os meus, eu num tive oportunidade de dá nada do que eles pediam, sabe. Às vezes saía com eles pra levar no médico – nessa época meu marido ainda “tava” vivo e eu lavava roupa para os outros, mas era uma trouxa, duas, num dava pra interar – saía com eles, eu falava com eles em casa: ó meu “fio”, num precisa pedir nada que eu “num” tenho dinheiro não. Eles iam e voltavam sem chupar uma bala. Agora, hoje em dia eu posso ajudar. Eu tenho condições, eu não vou? (Zilda, torera, 60 anos, 12 anos trabalhando nas ruas).

Os avós atuam neste contexto como aqueles que oferecem às crianças e aos jovens netos oportunidades de estudo, de passeios ou mesmo de aquisição de bens, como roupas, doces e demais alimentos que os pais estão impossibilitados de oferecer. É a ajuda que complementa o salário dos pais ou mesmo o supre em situações críticas, como, por exemplo, se estão desempregados.

Todos reconhecem a responsabilidade que têm e mesmo quando alegam cansaço das atividades diárias, gostam do que fazem. Este é o caso da dona Luzia, que trabalha desde jovem na informalidade e também trabalhou com registro em carteira em uma fábrica. Hoje, com o marido doente e acamado, continua nas ruas do hipercentro de Belo Horizonte.

Nossa! Eu adoro! Adoro! Quando eu venho pra cá, pra mim... eu lá vou pra fazer um passeio maravilhoso! (risos). Eu gosto muito de vir pra cá, que aqui eu convivo com o povo, eu brinco, eu cação. Se o rádio toca, eu “tô” cantando, “tô” lidando, vou brincando. Eu “sô” feliz aqui, muito feliz. (Luzia, camelô, 68 anos, mais de 30 anos nas ruas).

Os discursos dos informantes e dos autores utilizados na confecção deste trabalho apontaram para uma realidade diferente da dos idosos aposentados que gozam o período do não-trabalho em suas vidas. Apesar de toda a dificuldade que enfrentam no seu dia-a-dia, os entrevistados são testemunhas e atores no contexto de transformação por que passa a sociedade brasileira, na qual o desemprego assume proporções nunca antes observadas.

Estes idosos e idosas experimentam em seus domicílios situações difíceis no convívio diário com filhos e netos adultos que vivenciam a instabilidade do mercado do trabalho. Falando dos netos com carinho, estas pessoas usufruem um período da vida contrário à situação de isolamento, porém se confrontam no dia-a-dia com o cansaço, as preocupações, os afazeres de casa e o cuidado da família. O trabalho neste contexto torna-se uma distração e até mesmo uma fuga de uma realidade de dificuldades de várias ordens, constituindo-se em uma forma bastante peculiar de passar o tempo.

A divisão do espaço da moradia: uma tendência mundial?

A grande maioria dos entrevistados mora em casa própria. O padrão das moradias varia. A maior parte é constituída de casas pequenas de bairros da periferia ou mesmo em favelas e muitos se

referem à sua casa como “barracão”. Outros possuem casas maiores com varanda e terraço e há ainda uma camelô que tem duas casas, sendo uma destinada ao aluguel.

Conforme mencionado, quase a totalidade dos entrevistados possui filhos e netos vivendo na mesma moradia e/ou lote e os arranjos são variados, porém o que prevalece é o de filhas ou filhos com netos (sem o cônjuge) vivendo na mesma casa, e, na maioria dos casos, são as filhas solteiras ou separadas que vivem com seus filhos e sem o companheiro na casa dos pais.

Um recurso muito utilizado pelos entrevistados é a construção de outros barracões no mesmo lote para a instalação das famílias de seus filhos. Não muito raro, os idosos entrevistados criam netos cujos pais não vivem com eles, e mais de uma vez foi encontrada a situação em que os netos casam-se e mantêm-se no mesmo lote dos avós com suas famílias.

A realidade destes idosos não foge à configuração da família pobre.⁶ Assim, não se pode deixar de reforçar o que já foi revelado por outros pesquisadores de que a idéia da dependência do idoso, na maioria dos casos, é uma falácia. Estudos estatísticos com base na PNAD revelam que famílias com idosos estão em melhores condições econômicas do que as que não possuem idosos (Camarano, 2002). Conforme mencionado anteriormente, os idosos trabalhadores possuem moradia própria e, na maioria dos casos, uma renda assegurada oriunda da previdência social. Além disso, os rendimentos provenientes do trabalho também auxiliam na manutenção da família em momentos de dificuldades dos filhos, quando se encontram em situação de desemprego ou quando não possuem recursos suficientes para pagar aluguel ou construir sua própria casa.

Ao ressaltar a alteração de papéis nas famílias, Goldani (2002) revela que estas vêm se mostrando como novos atores na sociedade e que continuam subsistindo, embora com configurações bastante diferentes daquelas predominantes há décadas atrás (casal com filhos e o homem como provedor e chefe). Além das mulheres,

idosos e crianças têm tido um crescente papel no orçamento familiar. A participação dos idosos vai além da renda direta e, ao cederem espaço na sua moradia para filhos e netos com os respectivos cônjuges, diminuem os encargos das famílias mais jovens. Esta constatação indica que, para as famílias de baixa renda, pelo menos em momentos de depressão no mercado de trabalho, não se pode afirmar que a “crise do ninho vazio” é comum.

Camarano e El Ghaouri (2003) realizaram estudos com base nos dados das PNADs e do censo demográfico brasileiro e descobriram mudanças ao longo do tempo nas famílias com idosos e nas famílias chefiadas por idosos.⁷ Ao comparar tais resultados a outros oriundos de diversas partes do mundo, as autoras descobriram que lançar mão de arranjos familiares que possibilitem atravessar crises econômicas não é uma característica unicamente brasileira. No Brasil nota-se que houve mudanças significativas no grupo de famílias com idosos e de famílias chefiadas por idosos com o passar do tempo. Os idosos pertencentes às famílias com idosos são mais velhos e da década de 80 para a década de 90 ocorreu o aumento da idade média destes. Este dado, embora seja reflexo da maior expectativa de vida do brasileiro, significa que os idosos que vivem na casa de algum membro da família têm maior probabilidade de apresentar já algum tipo de limitação física e/ou psicológica. Infelizmente não é possível descobrir nesta pesquisa feita pelas autoras quais os fatores que levam os idosos a morarem com seus filhos, como, por exemplo, problemas de saúde física e mental, falta de recursos materiais, solidão ou outros.

É importante ressaltar também que tem havido o aumento do número de mulheres idosas chefiando o domicílio (o que ocorre também com as não idosas), demonstrando que as mulheres, tradicionalmente levadas a viver com os filhos, principalmente em situações de viuvez e separação, têm se mantido em sua própria residência, e mais, consideram-se chefes de domicílio.

Outro dado importante revelado pelas pesquisadoras foi a distinção da renda *per capita* entre os dois grupos de famílias.

As famílias de idosos possuem renda *per capita* maior do que as famílias com idosos. A renda familiar que depende do idoso subiu de 59,1% para 65,7% de 1981 para 1999.

O significativo aumento destes percentuais dos anos 80 para os anos 90 demonstra que a dependência da família em relação ao idoso sofreu influência de diversos fatores, entre eles estão as *crises econômicas* que assolaram o país na época e impossibilitaram os mais jovens de conquistar sua independência financeira. Tal observação tem sido feita por diversos autores nacionais e estrangeiros (Debert, 1992; Giddens, 2000; Hareven, Vinovskis 1978; Cabral, 1998, entre outros) que apontam a flexibilização das configurações familiares como fruto do aumento da expectativa de vida, do poder decisório dos idosos, da situação socioeconômica e das modificações das relações familiares.

Em uma revisão da literatura das últimas décadas sobre envelhecimento, Debert (1992) demonstra a tendência dos idosos a viverem sozinhos em seus domicílios, em países como Estados Unidos, Dinamarca e outros países europeus. Segundo as pesquisas mencionadas pela autora, a tendência decrescente de se encontrar idosos vivendo na casa dos filhos não revela necessariamente o enfraquecimento das relações familiares, mas uma escolha individual destes idosos que, em muitos casos, vivem em residências próximas de seus descendentes. Estes estudos demonstram que o bem-estar na velhice não está diretamente relacionado com a intensidade das relações familiares, principalmente se os idosos e seus filhos possuem um grau de autonomia física e econômica que possibilite a manutenção da privacidade de ambos os lados.

O crescimento da individualização da sociedade contemporânea tem relação direta com este ideal de liberdade para fazer escolhas. É o processo que Elias (1987) classifica como mudança da identidade nós-eu. Na medida em que o nós vai sendo reduzido e o eu se sobrepõe, marcando a predominância da individualização na sociedade, os laços familiares vão se tornando mais permeáveis à mudança.

Certamente as negociações e acordos que garantem a convivência também tornam-se mais flexíveis nesta sociedade, porém, Goldani (1989, apud Bilac, 2000) aponta para um fator importante a ser considerado, que é a desigualdade de poder individual existente dentro do domicílio. O poder de escolha e negociação do idoso, da criança e da mulher não são igualitários, bem como o do homem adulto considerado o chefe do domicílio. Assim, tal liberdade é limitada pela capacidade de negociação que cada papel doméstico representa.

Com a inserção da mulher no mercado de trabalho, bem como o trabalho dos jovens e mesmo dos idosos, as relações de poder nas famílias tornam-se mais sujeitas a transformações. Tal idéia da liberdade de escolha na família pode ser compreendida com base na obra de Giddens (2000) que, ao observar as relações familiares contemporâneas à luz de estudos sobre a democracia, refletiu a respeito da ampliação do diálogo, da igualdade de direitos e da aceitação das diferenças presentes nas famílias.

Supondo que houvesse uma única família tradicional (e sabemos que não havia), esta era patriarcal, baseada na discriminação afetiva entre a sexualidade masculina e a sexualidade feminina, bem como num sistema de autoridade no qual as crianças tinham poucos direitos. As mudanças ocorridas nessas áreas são parte essencial dos processos de democratização na vida pessoal – pela primeira vez, homens e mulheres em princípio se tratam como iguais, e as crianças têm seus direitos. (Giddens, 2000, p.90)

O autor vê a família como um reduto da tradição. Contudo, pode-se perceber no texto exposto acima que, para Giddens, esta instituição não está estagnada, pelo contrário, está aberta às mudanças da sociedade globalizada. Embora ele não se refira diretamente aos idosos, é possível aplicar sua proposição teórica de ampliação da democracia e do diálogo ao que Debert (1992) denominou de liberdade de escolha dos mais velhos que optam por viverem sozinhos, com os filhos ou mesmo em grupos geracionais.

A ampliação do diálogo na família implica o questionamento a respeito dos papéis exercidos no grupo. Segundo Hareven (1987), não é apenas a família que está mudando, mas os parâmetros de análise dos pesquisadores estão mais voltados para o processo decisório na família e a imposição das decisões a seus membros. A idéia de que a família moderna é predominantemente nuclear já não é hegemônica entre os pesquisadores porque gradualmente está sendo demonstrado que a organização familiar não é uma unidade monolítica. Por isso, é necessário observar que existem diversos papéis e posições dos diferentes membros que fazem parte dela.

Certamente a organização familiar interfere na sociedade, bem como sofre influências diretas de seu tempo; contudo, os autores referidos demonstram que existe a criação de um estereótipo de família para cada época. A extensa família patriarcal ainda tem sido vista como o único modelo existente no período pré-capitalista, assim como a família nuclear ainda tem sido associada à sociedade industrial moderna. O que as pesquisas mostram é que têm havido modificações nos arranjos familiares, pois estes estão inseridos em um processo de *flexibilização* do modelo tradicional e idealizado de família. Tais configurações contemporâneas da organização familiar expressam, em última instância, as rápidas mudanças sofridas nos modos de vida da sociedade moderna. Além disso, o aumento da expectativa de vida possibilitou a convivência maior entre pais, filhos e netos (Cabral, 1998, p. 52).

A coabitação como estratégia de sobrevivência e apoio mútuo entre gerações não é característica unicamente da sociedade industrial. Segundo Quadagno (1987, p. 53), quando as condições socioeconômicas eram instáveis na sociedade européia pré-industrial, os membros das famílias lançavam mão de recursos para sobreviver e nem sempre os idosos eram acolhidos na casa de seus filhos. Entre os vários arranjos familiares, era comum encontrar netos morando com avós, filhas que retornaram com seus filhos ilegítimos para a casa dos pais e até filhos viúvos com suas crianças que foram acolhidos pelos avós. Dessa forma, o gerenciamento da casa e dos gastos era dividido entre várias gerações e os idosos tinham companhia em momentos de maior debilidade física.

Hareven e Vinovskis (1978) também realizaram estudos históricos sobre a família e encontraram diversas formações familiares. Os autores afirmam que, apesar dos limites dos censos realizados nas sociedades pré-capitalistas, as famílias nucleares e monoparentais não são consequência do capitalismo, pois registros históricos provam que este tipo de arranjo familiar existe há pelo menos 300 anos nos Estados Unidos. A família nuclear estava presente nos meados do século XIX na maioria dos domicílios norte-americanos (entre 75% e 80%). Mesmo nessa época, era comum a pessoa mais velha morar só ou oferecer pensão a migrantes, pois esta atividade constituía-se em uma fonte de renda. Fennell, Phillipson e Evers (1989, p. 30), bem como Laslett (1977), compactuam com as autoras ao relatar dados de pesquisas inglesas em sociologia histórica que comprovam o interesse dos idosos em manter uma “intimidade à distância” com seus filhos já no século XVII.

Na investigação sobre os idosos trabalhadores informais, percebe-se que a presença dos filhos na residência de seus pais tem uma forte conotação econômica, pois se constitui na alternativa mais concreta para aqueles jovens que não conseguem emprego ou estão sujeitos à instabilidade do mercado de trabalho. Contudo, ao comparar a vida dos entrevistados com a de seus pais que também tiveram histórias marcadas pela pobreza, nota-se que o fim da vida dos antepassados foi na casa dos filhos e não vice-versa. Uma hipótese para este fenômeno é de que ao atingir idades mais avançadas estes idosos tenham saído de seus domicílios para a casa de seus filhos (principalmente filhas) que, já adultos, conseguiram construir seus imóveis.

A terceira geração, por seu turno, tem adiado a saída da casa dos pais, ou mesmo retornado a esta após enfrentarem problemas como a gravidez precoce, o fim do casamento ou o desemprego, como é o caso do senhor Bruno que tem sete filhos e quase todos vivem ou já viveram em construções erguidas em seu lote. Este pipoqueiro quase octogenário não lamenta a situação e acha que é obrigação moral dos pais auxiliar seus filhos nos momentos difíceis.

“Cê” também deve ter família, “cê” tem que ajudar sua família! Que as condições também não são boas, não, mas tem que ajudar, ué! O que ganha tem que ajudar... Tenho sete filhos. Todos eles vão pra lá e eu aceito. Porque não é interesse meu deixá-los aí na rua, se eles não têm condições de pagar. Quando melhora, torna voltar prá trás, pros aluguel pra onde que eles quiserem, mas se estiverem endividados no papel deles, no que eu puder eu ajudo.

Então vários filhos já tiveram que voltar pra sua casa ou seu lote?

Pra você ver como é que é, né? Tá difícil pra “daná”. (Bruno, pipoqueiro, 62 anos, 40 anos trabalhando nas ruas).

Percebe-se, então, que ao ceder o espaço de sua moradia ou lote para os filhos, os pais idosos lançam mão de uma estratégia de sobrevivência e manutenção das gerações mais novas. Estes arranjos familiares utilizados pelos chefes de domicílio de baixa renda exigem negociação e diálogo entre as várias gerações que convivem no mesmo espaço.

Analisando a realidade encontrada entre os idosos trabalhadores de Belo Horizonte, com base nos autores referidos, pode-se dizer que os arranjos familiares adotados por essas famílias são fruto da escassez de condições materiais de vida, mas só se tornam possíveis devido ao exercício de uma forma mais democrática de organização familiar.

A condição de trabalho dos filhos

É raro encontrar, entre os entrevistados, os que não possuem filhos e/ou filhas desempregados(as) morando na mesma casa ou lote dos pais. Dos 23 entrevistados, cinco não se enquadram nesse perfil. Nos depoimentos ficou claro que o desemprego é algo que preocupa as famílias e aumenta a responsabilidade do idoso provedor. No caso do senhor Sodré, a preocupação está no futuro de seus filhos quando não houver ninguém que exerça este papel:

Seus filhos estão trabalhando também?

Não, não “tão”, não. Estão desempregados e é isso que está me incomodando, porque amanhã eu posso não estar vivo e eles vão passar mais dificuldades que já passam hoje.

Os três filhos?

São duas mulheres e um rapaz de dezessete anos. Esse eu não estou apelando com ele, ainda não. (Sodré, 60 anos, engraxate, 42 anos trabalhando nas ruas).

Nota-se na fala do informante que a maior preocupação com o trabalho recai sobre as filhas, que já são maiores de idade, já têm filhos e vivem com os pais. Estas não possuem um provedor para suas famílias e não cumprem o dever ético/moral de substituir o homem neste papel sendo, por isso, cobradas. Quanto ao rapaz, a pressão ainda não é tão grande porque o mesmo não atingiu a maioridade. Nota-se nas falas dos entrevistados, que os filhos e filhas menores de 18 anos não sofrem muita cobrança para iniciar sua vida de trabalhador, porque são considerados em idade escolar.⁸ Isto fica claro quando dona Lurdes, ao ser questionada se deixaria seu trabalho por um emprego com registro em carteira, aproveita a oportunidade para pedir pelas filhas e neto. Para ela a proposta não é boa, porque não trocaria o trabalho de catadora de material reciclável exercido durante décadas por nenhum outro, mas ficaria feliz se este emprego fosse oferecido às suas filhas ou a seu neto que, aos 18 anos, precisa de um “servicinho” e, por mérito próprio (e não por pressão dos familiares), tirou carteira de motorista aos 18 anos.

Não aceitaria outro trabalho. Só se eu arrumasse pras minhas meninas. Porque minhas meninas, só falar assim, eu vou, e no meu lugar ficar com minhas meninas e um neto de 18 anos que “tá” doido pra arrumar um servicinho, tadinho, chega até chorar: “Ó mãe, arruma um serviço prá mim!” Ele tirou até carteira de motorista com 18 anos (Lurdes, 66 anos, catadora de reciclável, mais de 40 anos trabalhando nas ruas).

No caso das jovens sem filhos, a cobrança familiar pela procura do emprego é menor porque as mesmas exercem papéis estratégicos no cuidado da casa e das crianças menores.

Com exceção de uma informante que possui uma filha universitária, o nível de escolaridade dos demais é, no máximo, o segundo grau. Chama a atenção a incidência de vários casos em que as filhas dos depoentes fazem o curso técnico em enfermagem, mas nem todas exercem a profissão. Não foi encontrado nenhum homem com esta habilitação e pouquíssimos possuem outro curso técnico. Com baixos níveis de instrução, os filhos dos entrevistados estão mais sujeitos à instabilidade do mercado e são levados a exercer trabalhos temporários, os tão comuns “bicos”.

Vão quando têm serviço, agora eles tão trabalhando, né. Quando arruma um serviço trabalha, quando não tem também fica parado. Agora tão todos dois trabalhando, graças a Deus, mas ficaram muito tempo em casa, mas agora tão trabalhando todos dois. Ela trabalha de faxineira né, fichada na faxina e ele trabalha de armador. Todos dois tão trabalhando, graças a Deus (Nair, torera, 75 anos, 36 anos trabalhando nas ruas).

Uma rede de solidariedade é tecida entre estas famílias que enfrentam juntas as dificuldades causadas por problemas familiares característicos da sociedade contemporânea, como a gravidez das jovens solteiras, as separações, o desemprego, os baixos salários e outros. Estes problemas se agravam quando há escassez de recursos materiais que garantam a estabilidade financeira e a independência das famílias. Certamente estes fatores impossibilitam ao idoso a escolha de viver como e com quem quiser, como apontaram os autores mencionados. Além disso, filhos, pais e netos convivem em um mesmo espaço (ou como preferem assegurar os entrevistados, em casas separadas no mesmo lote) e, aparentemente, demonstram uma relação de mão-única, na qual o idoso que possui uma estabilidade financeira maior que os filhos, cede seu espaço e oferece o suporte financeiro para os períodos de carência econômica das famílias de seus filhos.

Contudo, observando-se esta realidade por um outro ângulo, é possível perceber que a coabitação representa não apenas uma forma de poupança ou estratégia de sobrevivência das gerações mais novas. Ela significa uma troca intergeracional que só fica mais

visível à medida que os seres humanos tornam-se mais longevos. Há nesta relação uma troca de apoios mútuos e o convívio mais ou menos harmônico entre três ou quatro gerações, que oferecem uns aos outros segurança e amparo em momentos de crise (incluindo-se aí o apoio durante a debilidade causada pelo envelhecimento do corpo).

Situações de conflito são constantes. A ocupação de um único espaço por diversas gerações, a proximidade das residências e as carências materiais fazem com que ocorram momentos de tensão, porém, a grande maioria destes problemas são resolvidos a curto prazo, e, na grande maioria dos casos, não são suficientes para provocar rupturas nos relacionamentos.

Conclusão

Os idosos entrevistados nesta pesquisa revelaram uma realidade bastante distinta daquela mostrada pela mídia na qual a condição de abandono se contrapõe às novidades da terceira idade, sob a qual os indivíduos desfrutam o tempo livre por meio do lazer e demais atividades criadas pelo mercado especialmente para este segmento.

Os idosos trabalhadores informais se mantêm na ativa executando trabalhos estafantes durante seis dias na semana e jornadas que variam de 8 a 12 horas diárias. São catadores de recicláveis, engraxates, camelôs, entre outros que passam despercebidos pelos transeuntes, mas que carregam histórias de vida que se misturam com a história da cidade. São pessoas pobres, mas que trabalham para ajudar, e mesmo manter, o orçamento de gerações que surgem ainda mais pobres: seus filhos e netos.

Donos da própria moradia, os idosos entrevistados possuem autonomia física e financeira e cedem espaço para a família que cresce ao invés de diminuir em casos de separações, mães solteiras, desemprego ou mesmo para diminuir a despesa do aluguel.

A coabitação não é uma idéia original dos países em desenvolvimento, pois já na Europa e Estados Unidos, no período colonial, as famílias se uniam em momentos de crise e os mais velhos ofereciam suporte aos mais jovens em momentos de depressão econômica. No Brasil percebe-se que as famílias pobres vão encontrando a cada dia novas estratégias de sobrevivência e lançando mão de outros modelos mais antigos de famílias extensas.

Os arranjos familiares, portanto, não são novidade e muito menos têm previsão para acabar. Se coabitação traz perda da privacidade, aumento dos gastos e momentos de desentendimento para os membros da família, traz também apoio, solidariedade e segurança para aqueles que não possuem recursos para gerir sua família e/ou sua velhice.

Se, por um lado, os idosos encontram motivação para viver e continuar em atividade, pois sabem que alguém depende deles, a família, por seu turno, encontra no idoso o apoio para os momentos de crise, que podem durar anos. As filhas solteiras e as que tiveram filhos fora do casamento encontram na casa paterna e/ou materna o apoio necessário para a criação das crianças, assim como os filhos e filhas separados ou que assumiram uma nova união e deixaram os filhos do primeiro casamento com os avós.

Certamente estes homens e mulheres que já passaram dos 60 possuem um *status* familiar muito maior do que o do idoso que contribui com o orçamento familiar, mas que não é o principal provedor. Lutando contra o isolamento, estão perfeitamente integrados na vida familiar e conquistaram respeito e aceitação por parte dos mais jovens, que prevêem um futuro de muito trabalho para alcançarem o que seus avós conquistaram, quiçá, uma aposentadoria.

Dessa forma, este artigo pretendeu mostrar que os idosos pesquisados encontraram nas ruas mais do que um rendimento complementar à aposentadoria ou pensão, encontraram uma forma de socialização e de manter o poder familiar em uma relação de troca intergeracional. Contudo, esta situação não esconde a precarização

da vida do idoso que, em muitos casos, busca no trabalho o apoio e a aceitação que não recebe em casa. Não esconde também a situação de empobrecimento destas famílias que têm do ganho dos mais velhos um recurso indispensável para a reprodução de suas vidas.

Notas

- 1 A definição etária de idoso é imprecisa e está se modificando constantemente, porém para efeito de pesquisas defronta-se com dois marcos. A Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), seguindo os parâmetros internacionais, estabelece o limite mínimo de 65 anos para a classificação do indivíduo como idoso. Nesta pesquisa foi adotada a idade mínima de 60 anos, seguindo os modelos classificatórios das Nações Unidas para países em desenvolvimento, do Estatuto do Idoso e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).
- 2 É considerado pobre todo aquele que possui renda domiciliar *per capita* inferior à da linha de pobreza. No caso desta pesquisa, utilizou-se o valor de R\$ 62,00 para a Região Sudeste baseado nos dados do IBGE constantes na PNAD de 1997, conforme relatado por Barros, Mendonça e Santos (1999).
- 3 Chudacoff e Hareven (1978) apontam em uma outra direção. Segundo os autores, o papel dos idosos era importante nos laços de solidariedade intergeracional na América Colonial. Os idosos permaneciam como chefes de família e nas situações de crise a casa dos pais ainda representava segurança para os filhos casados.
- 4 Em 1997, quase a metade dos homens idosos trabalhadores exerciam atividades rurais. Para as mulheres, os serviços pessoais eram predominantes. Hoje, o trabalho por conta própria está aumentando. Entre os idosos do grupo de 60-64 anos esta atividade é exercida por cerca de 50% dos homens trabalhadores. Com o aumento da idade, cresce o percentual dos que exercem esta atividade. Entre o grupo de 75-79 anos, o trabalho por conta própria é exercido por mais de 60% dos idosos trabalhadores (Wajnman; Oliveira; Oliveira, 1999, p. 190).
- 5 A respeito da ética protestante e do valor divino do trabalho, consultar Weber (1981).

- 6 Segundo Albuquerque (1993, p. 74), a pobreza está associada fortemente à estagnação econômica e existem oito características comuns mais relevantes das famílias pobres: elas tendem a ser mais numerosas; as rendas familiares dependem mais dos ganhos dos chefes de família; os chefes de família são mais jovens (51,3% têm menos de 40 anos); há maior proporção de famílias chefiadas por mulheres; os chefes de família se declaram de cor preta; estes são mais submetidos a relações de trabalho informais; as suas atividades econômicas se concentram nos setores de baixa produtividade; seus níveis educacionais são baixos.
- 7 A respeito dos diversos arranjos familiares brasileiros consultar Berquó, Oliveira e Canevagli (1990); e sobre a interferência da vida urbana na coesão familiar, consultar Guimarães (1998).
- 8 Guedes (1997) faz um estudo interessante a respeito das diferentes fases de cobrança dos pais operários sobre os filhos para que estes arranjem emprego. Segundo a autora, o serviço militar para os rapazes é o “rito de passagem” que delimita o fim da infância, cujo maior compromisso é com o estudo, e o início da fase adulta que traz maiores responsabilidades e, portanto, a assunção da identidade de trabalhador.

*The elderly workers:
profits and losses in intergenerational relationships*

Abstract: This article is a result of a qualitative research conducted with low-income elderlies who work informally on the streets of Belo Horizonte. Material scarcity leads them to a recurrent practice, the cohabitation. This strategy used to diminish the poverty impact also establishes intergenerational exchanges. On the one hand, there is a conflict due to intensive companionship among generations; on the other hand, there is sympathy and mutual help from the family. The elderly workers play a central economic role in the life of their families, in which youths are unemployed or underemployed, and, as home providers, elder people maintain the power of negotiation with the generations that live with them.

Key words: elderly people, job, family, intergenerational relationships.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Pobreza e exclusão social. In: VELLOSO, João Paulo R.; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Pobreza e mobilidade social*. São Paulo: Nobel, 1993.
- BARROS, Ricardo P. de; MENDONÇA, Rosane; SANTOS, Daniel. *Incidência e natureza da pobreza entre idosos no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. (Textos para Discussão, n. 686).
- BERQUÓ, Elza; OLIVEIRA, Maria C.; CAVENAGHI, Suzana M. Arranjos familiares “não canônicos” no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 5., 1990, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 1990. p.99-135.
- BILAC, Elisabete D. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do C.B de (Org.). *Família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CABRAL, Benedita E. S. Família e idosos no Nordeste Brasileiro. *Caderno CRH: gênero e família*, Salvador, n. 29, p.49-67, jul/dez. 1998.
- CAMARANO, Ana A. *Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão, n. 858).
- CAMARANO, Ana A.; EL GHOURY, Solange K. *Famílias com idosos: ninhos vazios?* Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para Discussão, n. 950).
- CHUDACOFF, Howard; HAREVEN, Tamara K. Family transitions into old age. In: HAREVEN, Tamara K. (ed.) *Transitions: the family and the life course in historical perspective*. New York: Academic Press, 1978.
- DEBERT, Guita G. Família, classes sociais e etnicidade: um balanço da bibliografia sobre a experiência de envelhecimento. *BIB, Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.33, p.33-49, 1º semestre, 1992.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- FENNELL, Graham; PHILLIPSON, Chris; EVERS, Helen. Researching old age. In: _____. *The Sociology of old age*. Filadélfia: Open University Press, 1989.
- GIDDENS, Anthony; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.

- GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan./jun. 2002.
- GUEDES, Simoni L. *Jogo de corpo: um estudo de construção social de trabalhadores*. Niterói: EDUFF, 1997.
- GUIMARÃES, Iracema B. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 29, p. 89-127, jul./dez. 1998.
- HAREVEN, Tamara K. Family history at the crossroads. In: HAREVEN, Tamara K.; PLAKANS, Andejs (Eds.). *Family history at crossroads: a journal of family history reader*. Princeton: Princeton University Press, 1987.
- HAREVEN, Tamara K.; VINOVSKIS, Maris A. Introduction. In: _____. *Family and population in Nineteenth-Century America*. Princeton: Princeton University Press, 1978.
- LASLETT, Peter. The history of aging and the aged. In: _____. *Family life and illicit love in earlier generations: essays in historical sociology*. Cambridge: Cambridge University, 1977.
- ONU. Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE). Envejecimiento: cuatro facetas de una sociedad para todas las edades. In: CONGRESO MUNDIAL DE GERONTOLOGÍA, 1997, Adelaide, Austrália. *Anais...* Adelaide, 1997a.
- QUADAGNO, Jill. Old age in industrializing England. In: HESS, Beth B.; MARKSON, Elizabeth, W. *Growing old in America: new perspectives on old age*. New Brunswick, New Jersey: Transaction Books, 1987.
- SARTI, Cynthia, A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C.; OLIVEIRA, Elvira. A atividade econômica dos idosos no Brasil. In: CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.